

Império, guerra e terror

JOÃO QUARTIM DE MORAES*

Os três aviões lançados contra Washington e as duas torres do Centro do Comércio Mundial de Nova Iorque no dia 11 de setembro de 2001 não concretizaram apenas a primeira agressão mortífera e destrutiva sofrida pelos Estados Unidos em seu território continental. Ao atingirem os centros financeiro e militar do Império estadunidense, os três comandos suicidas provaram que, com ou sem “escudo nuclear”, não há superpotência invulnerável a um ataque terrorista.

Antes mesmo de ter passado o primeiro estupor do choque, quando ainda fumegavam os escombros das torres colossais de Manhattan e de uma ala inteira do Pentágono, Bush filho e coadjuvantes já tinham na ponta da língua o nome do responsável pelo desolador espetáculo: Osama Bin Laden, o chefe islâmico radical que após ter sido, nos anos 80, companheiro de armas e de explosivos dos agentes da CIA na luta contra o apoio militar soviético ao governo do dirigente comunista afegão Mohammed Taraki¹, tornara-se inimigo jurado do império do dólar. A rapidez da “descoberta” do presumido agressor, além de pôr a nu estas antigas cumplicidades, contrastou com a estranhíssima lentidão do dispositivo de defesa territorial da maior máquina bélica do planeta. Entre os ataques à primeira e à segunda torre do Centro do Comércio Mundial decorreram quinze minutos. O Pentágono foi atingido quarenta minutos depois do ataque à segunda

* Professor do Departamento de Filosofia, da Unicamp.

¹ Noam Chomski lembrou, em conferência dia 18 de outubro de 2001 no Massachusetts Institute of Technology (MIT), situado em Boston, que Zbigniew Brzezinski, diretor da Segurança Nacional do governo J. Carter, vangloriava-se da “armadilha” preparada para os soviéticos em 1978: os ataques dos *mujahidin* (organizados, armados e treinados pela CIA) contra o governo afegão provocaram a intervenção soviética no final do ano seguinte. Somente depois de 1990 e da instalação de bases norte-americanas permanentes na Arábia Saudita, terra sagrada para o Islã, é que esses combatentes se voltaram contra os Estados Unidos.

torre e, portanto, cinquenta e cinco depois do ataque à primeira. Intervalo de tempo mais do que suficiente para interceptar facilmente o terceiro avião suicida.

Uma demonstração de vulnerabilidade tão surpreendente num país cujo orçamento militar atingira em 2001 os 300 bilhões de dólares (dez vezes o de todos os outros países do mundo somados, aí incluídos os sócios da OTAN), além de 30 bilhões em “inteligência”, exigia compensação a ferro e fogo: guerra total contra o “terrorismo internacional” e, a partir de 7 de outubro, tempestade de mísseis sobre a indefesa população afegã. Esta ofensiva, abençoada pelo papa fundamentalista João Paulo II², apoiada sem reservas pela “comunidade internacional” (entendamos, a OTAN e seus satélites) e aplaudida pelos bem-pensantes da gama inteira do espectro ideológico pró-imperialista, dos fascistas aos social-liberais³, tinha os seguintes objetivos explícitos: agarrar Bin Laden “vivo ou morto”, destruir sua organização clandestina, a Al Qaeda, e derrubar o governo afegão que lhes concedera abrigo.

² A posição do Vaticano esteve à altura do espírito bélico da Nova Cruzada. Após “intensas negociações com os EUA”, a Secretaria do mini-Estado teocrático obteve de Bush a garantia de que a visita de João Paulo II ao Casaquistão não seria perturbada por bombardeios no vizinho Afeganistão. Sua Santidade pôde assim pregar aos casáquios a via da salvação eterna antes dos cruzados do dólar, do Pentágono e também da Santa Sé darem início à salvação do Ocidente com a já tradicional chacina balística. Um certo Joaquin Navarro-Valls, porta-voz do Vaticano, proclamou o “direito à autodefesa (do país de Bush), mesmo com meios agressivos”. Outro áulico do Papado, o cardeal Camillo Ruini, sentenciou: “Os Estados Unidos têm o direito e o dever de responder aos ataques”. (Opinião bastante semelhante à que exprimiu, na mesma ocasião, o candidato do PT à presidência da república.) O fervor guerreiro do Vaticano atingiu sua mais estupenda expressão “num artigo de grande repercussão” publicado pelo diário *Corriere della Sera*, cujo autor, Vittorio Messori, “intelectual muito ligado ao papa”, sustentou que “com o mundo islâmico a estratégia do diálogo é impraticável [...] porque é vista como uma fraqueza”. Acrescenta que os católicos “espalhados em alguns países muçulmanos sobrevivem a séculos de perseguição e são continuamente ameaçados”. Cf. *O Estado de S. Paulo* de 26/9/2001. Até parece que Torquemada professava a religião de Maomé e que foram os islâmicos e não a Santa Inquisição que torturaram e queimaram, notadamente nos séculos XIII, XIV, XV, XVI e XVII, centenas de milhares de bugres, cátaros ou bogomilas, mouriscos, judeus e bruxas. Também é o caso de conjecturar o que diriam Sua Santidade, seus assessores integristas e o catolicismo “carismático” se o Vaticano estivesse ocupado por tropas muçulmanas, como está a Arábia Saudita pelo Pentágono.

³ O eminente Bobbio já tinha classificado de “guerra justa” a expedição colonial da OTAN ao Iraque. Caio Toledo anotou declarações de outros intelectuais, do centro e da periferia, que saltaram “em defesa da *civilização ocidental ameaçada*”. O liberal-imperialista Habermas, “coerente com a defesa que fez, tempos atrás”, do massacre da Sérvia, voltou à carga: “Nós todos não sabemos ainda quase nada. É um ataque ao conjunto da civilização ocidental”. O crítico Eduardo Lourenço, “socialista” português, ponderou, sob a dupla inspiração dos conselheiros Acácio e Habermas: “As torres que foram destruídas eram um símbolo de força econômica e da potência política dos EUA, mas também um patrimônio da cultura ocidental do século XX, um marco da arquitetura moderna. É um momento atroz para toda a civilização – que afinal é a nossa. Mas neste instante de confusão é preciso não perder de vista que os *homens são mais importantes que as torres*” (ênfase de C.Toledo). Entre os mais bajulatórios está o jornalista ou psicanalista Contardo Calligaris: “A América, a partir de hoje, poderá voltar provavelmente a desempenhar aquele que sempre foi seu melhor papel: o de defensora da civilização contra a barbárie”. Mais conciso foi o sofrido Toni Negri: “Não tenho nada a declarar. Que tenho eu a ver com isso?”. Cf. *Folha de S. Paulo*, 12/9/2001.

Os profissionais do Pentágono atingiram plenamente um de seus três objetivos, derrubar o governo taliban, ao termo de dois meses de uma campanha de “zero baixa”, método de guerra velho como o colonialismo imperialista, que consiste em massacrar os “nativos” com riscos físicos insignificantes para os beligerantes civilizados (as raras perdas humanas dos agressores costumam provir de acidentes provocados por sua própria torpeza)⁴. No século XIX e até o início do século XX, a arma estratégica das expedições coloniais consistia no bombardeio naval⁵. Agora, são os massacres balísticos executados pela combinação do bombardeio aeronáutico com o lançamento de mísseis, terra/terra, ar/terra e (no Golfo árabe-persa, principalmente) mar/terra. Aplicada com êxito no Iraque desde 1991, a estratégia executada em 2001 contra os talibans, com mísseis e bombas de até 6.750 quilos, reduzindo ao mínimo os combates no solo, evita não somente perdas de ocidentais, mas também vexaminosas derrotas, como as da guerra do Vietnã. Permite também conservar o ânimo belicoso da opinião pública dos países agressores (mormente a dos Estados Unidos, que, desta vez, tinham antes sido agredidos).

Para os sempre perigosos combates terrestres, os cruzados dispunham da chamada “Aliança do Norte”, frente de milícias compostas de nativos da região, prontos a assumir os riscos inerentes ao confronto direto com o inimigo. Cada qual pôde acompanhar, pela CNN, emissora informal da Casa Branca, a divisão militar do trabalho entre os cruzados do Ocidente, que, de longe, disparavam os mísseis, enquanto seus sócios orientais, uma vez terminada a demolição por via balística, ocupavam o terreno. Como ninguém é perfeito e, provavelmente, os artigos da Convenção de Genebra sobre tratamento de prisioneiros não tinham sido traduzidos nos idiomas locais, os “aliados” trataram os prisioneiros talibans e, principalmente, os árabes militantes da Al Qaeda de maneira a deixá-los amargamente arrependidos de não terem preferido o suicídio.

⁴ Como os próprios soldados atingidos pelos impecáveis bombardeios “cirúrgicos”, ou a cruel ironia que vitimou militares das tropas inglesas de ocupação, atingidos por bombas de fragmentação quando efetuavam vistoria numa escola do Kosovo. Por sorte, as bombas não mataram crianças, mas militares cujos chefes criminosos haviam ordenado aquela guerra ainda mais suja do que hipócrita. Massacrar os outros sem sofrer nenhuma baixa: este preceito estratégico, viabilizado por incontrastável superioridade na tecnologia dos meios de destruição, levou ao desenvolvimento acelerado das táticas para resgatar pilotos derrubados em céus inimigos. O Discovery Channel, em geral consagrado a inofensivas reportagens arqueológicas ou zoológicas, deu sua contribuição aos massacres imperiais, apresentando na madrugada de 7 para 8 de julho de 1999 programa consagrado àquele tema de extrema atualidade. As operações de resgate, explica, são cada vez mais necessárias, já que aumentam as missões em céus inimigos. O locutor usa indiscriminadamente os termos “aliados” e “norte-americanos”. Os outros são os “inimigos”, ou “o mal radical”. Essas operações são coordenadas por um Centro de Comando de Resgates, que prevê muito trabalho pela frente.

⁵ Conhecida pela expressão francesa *cannonière coloniale*.

A explicação do Pentágono para o massacre de centenas de prisioneiros, talvez mil, da fortaleza de Qalai Jangui, exatamente por provir dos massacradores, é sintomática. Os milicianos talibans e os voluntários muçulmanos estrangeiros teriam, em “aparente missão suicida”, se revoltado em massa⁶. Que eles não se deixaram abater como bois no matadouro, prova-o a morte de um agente da CIA, provavelmente um técnico em “interrogatórios”. Mas os prisioneiros massacrados tinham se rendido mediante promessa dos chefes da “Aliança” em Mazar-i-Sharif (onde está situada a fortaleza) de que suas vidas seriam respeitadas. Se estivessem dispostos a uma missão suicida, não teriam se entregado. O que os teria feito, na hipótese do Pentágono, mudar de idéia depois da rendição e preferir o suicídio coletivo? Uma resposta plausível é que preferiram um desesperado levante em massa a uma morte lenta com sofrimentos atrozes. Mas é mais plausível ainda que a tentativa de resistência por parte de um pequeno grupo tenha servido de pretexto para que os “suicidas” fossem estraçalhados por carros de combate, mísseis e bombardeios da aviação ianque. Algumas das cenas deste extermínio foram registradas pelas câmeras da BBC e da CNN. Poucos dias antes, num arroubo de otimismo, o governo de Qatar informara que “os Estados Unidos nos garantiram que não aceitam que os prisioneiros sejam submetidos a matanças”.

Até onde? Até quando?

Uma caçada internacional não reconhece fronteiras. Abrange todos os países “suspeitos”, quaisquer que sejam suas particularidades culturais e étnicas, suas condições econômicas e sociais. Aqueles que não se submeterem incondicionalmente às regras e exigências do governo estadunidense, segundo o qual “quem não está conosco está com o terrorismo”, que não aderirem aos “valores universais” ditados pelos “cientistas políticos” e outros pensadores da Casa Branca, serão classificados e tratados como os talibans. Mesmo porque, como revelou Bush ao Congresso dos Estados Unidos, dez dias depois do triplo ataque, “Deus não é neutro” e, portanto, apóia a operação “justiça infinita”. Desta revelação teológica faz parte, conforme anunciou na mesma ocasião, a utilização de “todas as armas que se fizerem necessárias” para caçar os terroristas. Ela é infinita pelo menos no sentido de não admitir limites, já que se estende a quem não for considerado amigo. Indefinição muito cômoda, já que permite incluir nos alvos da caçada todos os que se opõem aos interesses e ambições imperiais e dela excluir os próprios agentes, os aliados e os asseclas. Mas nem tudo que é cômodo para o Império estadunidense

⁶A “informação” foi retomada, sem nenhuma ressalva ou dúvida, em *O Estado de S. Paulo* de 26-11/2001.

convém ao resto da humanidade, como notou pertinentemente, dois dias depois do atentado, um dos muitos intelectuais brasileiros que não se impressionaram com os brados bélicos da cruzada vingadora:

O governo norte-americano alega ser justo atacar países cujos governos protegem, encobrem, apóiam terroristas. Quem sabe não concordemos com isso? O governo americano inventou, armou e treinou Saddam Hussein para trucidar curdos e iranianos. Armou e financiou Osama Bin Laden e os fundamentalistas do Taliban para que fizessem atos de terror contra os soviéticos no Afeganistão. A lista de facínoras que os norte-americanos inventaram é enorme: Pinochet, Videla (Argentina), Noriega (Panamá), Papa Doc (Haiti), Sukarno (Indonésia), Ferdinand Marcos (Filipinas). Vamos parar por aí, para não cansar o leitor. Conclusão: os aviões norte-americanos deveriam bombardear a Casa Branca para liquidar um governo que espalha terror pelo mundo inteiro. Ou eles podem?⁷

Podem e devem, segundo os pró-imperialistas, cuja hipocrisia é decididamente um poço sem fundo. A dos untuosos porta-vozes da Santa Sé, de festejados grandes pensadores da civilização ocidental e de todos os seletivamente indignados, que se apressaram em enviar vibrantes mensagens de solidariedade ao país de Bush atingido pelos atentados de 11 de setembro de 2001, mas que tinham aceito com indiferença, ou até bélica excitação, destruições muito mais terríveis na periferia pobre do Ocidente imperial. Nenhum deles tem, portanto, moral para patrulhar os antiimperialistas que denunciaram a revanche balística, acusando-os de “ressentimento primário” em relação aos Estados Unidos, de “antiamericanismo” e até de “cumplicidade” com o terrorismo. Já tínhamos ouvido antes, nos tempos sombrios da ditadura, cujas salas de tortura estavam entulhadas de “terroristas”, anátemas semelhantes...

Muito antes do 11 de setembro, Bin Laden já tinha organizado vários e mortíferos atentados. Mas, enquanto colaborou com a CIA e com o governo paquistanês no apoio à luta dos muçulmanos afegãos contra seus compatriotas comunistas e os soviéticos que os sustentavam, recebeu as mais elogiosas referências por parte de Ronald Reagan, o veterano caubói de Hollywood, que após ter matado muitos índios na tela e, fora dela, alcagüetado os colegas de profissão suspeitos de “comunismo”, financiou e equipou, na presidência, os talibans e outros movimentos armados afegãos que combatiam os

⁷ É de Reginaldo C. Moraes, professor do Depto. de Ciência Política do IFCH/Unicamp, este comentário, enviado com o título “Quem são os terroristas, cara-pálida?” pelo correio eletrônico, dia 13 de setembro de 2001, acompanhado do seguinte esclarecimento: “Segue em circular o bilhete que enviei às seções de cartas de leitores dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. Como é provável que não sejam publicadas, pelo menos circula neste âmbito...”.

soviéticos. Justificou este apoio explicando reiteradamente que eles “não eram terroristas, e sim guerrilheiros da liberdade”⁸. Explicação semelhante à de que se serviu para incumbir um bando de matadores profissionais, conhecidos como “contras”, de desestabilizar a Nicarágua sandinista, pagando-lhes o soldo com o lucro proveniente do tráfico de entorpecentes⁹.

Reagan não foi, porém, de modo algum, o único governante da Casa Branca que sucumbiu à tentação de distinguir bons e maus terroristas. Na sanha de derrubar Milosevic e quebrar a espinha dorsal da Iugoslávia, único Estado que resistia à pasteurização neoliberal do sudeste europeu, a OTAN apoiou a fundo o chamado Exército de Libertação do Kosovo (ELK), bando de frios sicários, comprometidos com todos os tráficos, especialistas em assassinar soldados sérvios pelas costas, a fim de provocar medidas repressivas por parte de Milosevic, favorecendo, assim, a intervenção imperialista. O chefe do ELK, um certo Hashia Thaci, mais conhecido pela expressiva alcunha de “Serpente”, tornou-se o interlocutor privilegiado da mais sinistra coadjuvante de Clinton, Madeleine Albright, durante a “conferência” de Rambouillet, cujo objetivo era enviar à Sérvia o humilhante *ultimatum* (recusado por Milosevic) que serviu de prelúdio aos bombardeios maciços desfechados a partir de 24 de março de 1999. Poucos intelectuais europeus manifestaram repúdio diante do apoio da OTAN ao ELK, que o próprio Robert Gelbard, conselheiro de Clinton para assuntos balcânicos, chamara de “grupo terrorista”. É que, vistos de Londres, Paris, Berlim etc., “Serpente” e sócios eram “bons” terroristas...

⁸ Corroborando tais declarações, o enlatado “Rambo III” (que pode ser encontrado nas locadoras de vídeo) mostra este outro herói das telas prestando aos então amigos talibans a ajuda decisiva de seus braços espessos e de sua inteligência de ostra. No sentido oposto, como notou Chomski na conferência de 18/10/2001, citada na nota 1, quando “Israel ocupava ilegalmente territórios palestinos desde 1967, outros no Líbano desde 1978”, o Hezbollah, que resistiu ao invasor travando a guerra de guerrilhas, era classificado pelos sionistas e pelos Estados Unidos de “terrorista”. O motivo é claro: “para que as análises e os artigos de imprensa sejam considerados respeitáveis, é melhor, realmente, que se situem do lado bom, ou seja, o dos braços melhor armados”.

⁹ Cf. Chomski, loc. cit. em nota a este respeito, observa não ser de hoje a apresentação, pelos meios dirigentes ocidentais, da guerra contra o terrorismo como “dirigida contra um câncer disseminado por bárbaros. [...] Já o faziam, há 20 anos, o presidente Ronald Reagan e seu secretário de Estado, Alexander Haig. E, para conduzir esse combate contra os adversários depravados da civilização, o governo norte-americano instalou, então, uma rede terrorista internacional de amplitude sem precedentes. Praticaram-se inúmeras atrocidades de uma ponta a outra do planeta, e essa rede dedicou o essencial de seus esforços à América Latina. Um caso, o da Nicarágua, não deixa margem à dúvida: realmente, foi decidido de modo categórico pelo Tribunal Penal Internacional de Haia e pela ONU. Pergunte-se a você mesmo quantas vezes esse precedente indiscutível de uma ação terrorista, à qual um Estado de direito quis responder através dos meios do direito, foi evocado pelos principais comentaristas. E, no entanto, tratava-se de um precedente ainda mais radical que os atentados de 11 de setembro: a guerra do governo Reagan contra a Nicarágua provocou 57 mil vítimas, entre as quais 29 mil mortos, e a ruína de um país, talvez de forma irreversível”.

Muitos argumentam que, embora a guerra de Bush evidentemente se dirija apenas contra o que ele considera “maus” terroristas, a imputação de maldade tem bases tão objetivas quanto os milhares de cadáveres carbonizados nos ciclópicos edifícios que desmancharam no ar ao choque dos três aviões suicidas. O argumento é pertinente, mas o centro nevrálgico do debate não é este. Comparado ao Pentágono, Bin Laden é um varejista ou marreteiro da destruição. Só pode atacar de surpresa e esporadicamente. Por mais contundentes que sejam seus golpes, ele age na sombra da clandestinidade e dela não pode sair. Matou inocentes, na África como nos Estados Unidos, mas ao menos não teve o cinismo dos criminosos engravatados que chamam de “efeitos colaterais” o trucidamento da população civil dos países sobre os quais se abate a sanha “civilizatória” da OTAN.

Os meios à disposição dos atacantes suicidas são finitos: esgotam-se com a própria vida. Quanto eles têm êxito, arrastam para o abismo da morte algumas ou até muitíssimas vítimas. Mas a *escala* de vidas humanas que destroem não se compara às operações de aniquilamento de que se incumbiu o Pentágono, de Hiroshima e Nagasaki à Coreia, ao Vietnã etc. etc., até as mais recentes em Bagdá, Belgrado e Cabul. Em sua multiforme pirotecnia (bomba atômica, napalm, desfolhantes, urânio “empobrecido”, bombas de fragmentação e mísseis lançados em cadência infernal), a panóplia do pesadelo americano conferiu máxima pujança ao terrorismo no atacado do Estado imperial, ou “justiça infinita”, como dizem Bush e assessores, que golpeia quem, quando e quanto quer (suas vítimas se contam por milhões). Quantas “vocações” terroristas não há de ter suscitado o método ianque de combater o terrorismo, respondendo com massacres balísticos a atentados clandestinos. – *Tu aterrorizaste, eu contra-terrorizo; tu destruístes três prédios, eu destruo os países que te abrigam!* Respondendo a uma truculência com outra maior, vingando os corpos despedaçados com corpos esquartejados, a perversa dialética Bin Laden/Bush não tem síntese possível.

Estratégia do império

Talvez a Al Qaeda não dure décadas ou mais de um século, como a Ku-Klux-Klan, mas como saber que foi extinta? Os governantes que, como o presidente Fernando Henrique Cardoso, atribuíram à campanha iniciada no Afeganistão o magno objetivo de “conter e eliminar o flagelo do terrorismo”¹⁰,

¹⁰ A viril expressão consta da “nota pessoal” de 7 de outubro de 2001, reproduzida nos jornais brasileiros do dia seguinte. A *Gazeta Mercantil* de 8 de outubro extraiu da nota, para enfatizar em subtítulo, a expressão “Do lado da racionalidade”. O Príncipe dos Sociólogos não explicou a qual racionalidade estava se referindo, mas nem precisava... Deus está com os trustes e com o Consenso de Washington e sua justiça é tão infinita quanto a sede de revanche do Império vulnerado por pequenos comandos suicidas. Mostrando, entretanto, que seu coração continua sensível, ele emitiu votos, na trilha de Sua Santidade João Paulo II, de que os civis fossem poupados.

não estão melhor informados, a este respeito, do que o comum dos mortais. Caucionaram, portanto, uma guerra cujo fim será unilateralmente decidido em Washington. Claro que o apoio de Cardosos¹¹ e consortes não pesa mais do que uma pulga na balança da estratégia imperial. Mas há outros que pesam muito: longe de fazer o que quer, o Império do dólar necessita, para extrair da portentosa operação o máximo proveito, manter a seu lado, sem fissuras importantes, (a) os sócios da OTAN, (b) a Rússia, a China e a Índia e (c) os países islâmicos.

A União Européia manter-se-á ao lado do sócio maior, acompanhando-lhe a revanche, mas com algumas reticências. Até Blair, entusiasta de expedições punitivas, manifestou preocupação quanto à extensão da cruzada a outros "Estados irresponsáveis". A participação das potências européias na cruzada, mesmo restrita a votos de êxito e ao envio de tropas para a ocupação do Afeganistão, é politicamente indispensável ao Império estadunidense, que poderá, para evitar problemas com seus aliados estratégicos, frear um pouco seu ímpeto agressivo.

A Rússia, a China e a Índia, que dispõem dos meios políticos e militares de uma política externa independente, transferiram ao governo Bush, com evidente satisfação, o trabalho sujo de massacrar o islamismo radical. Agradou-lhes menos a transformação do Afeganistão em protetorado da OTAN. Mas a simples perspectiva de consolidação e aprofundamento da aliança russo-chinesa, acabando de reverter uma hostilidade que, desde o final dos anos 50, havia dividido o campo socialista e gravemente prejudicado as lutas anticoloniais, incita à prudência o rolo compressor da OTAN. Entretanto, diferentemente da Rússia e da China, Estados efetivamente laicos, a Índia atual teve suas fronteiras definidas em função do confronto religioso entre o hinduísmo, religião de castas, e o islamismo. Alimentado e manipulado pelo colonialismo britânico, sempre eficiente em dividir para reinar, este confronto, conquistada a independência em 1947, levou à formação da Índia e do Paquistão atuais. Os dois Estados mantiveram-se, desde a origem, numa situação de beligerância que já conduziu a três guerras abertas e estimulou-os a se dotar de armas nucleares. O ataque de um comando suicida paquistanês, no dia 13 de dezembro de 2001, ao parlamento da Índia reacendeu o pavio das hostilidades. Já exasperado de ver o governo do Pervez Masharraf (um general que, em 1999, chegou à presidência pela via do golpe de Estado) pôr-se a serviço da estratégia de aniquilamento dos talibans, o movimen-

¹¹ Bush nem sequer perdeu tempo em telefonar ao presidente do Brasil para agradecer o apoio aos bombardeios. Delegou a tarefa a um assessor. Tinha contatos mais importantes para fazer.

to islâmico paquistanês pressiona-o fortemente para que ao menos aja com firmeza na disputa da Caxemira¹².

Além do Afeganistão e do Paquistão, a Arábia Saudita é um dos elos mais tensos da dominação imperialista na Ásia. É notório que, ao apoiarem o aniquilamento do governo taliban, os governos destes países, bem como o Iêmen e emirados, optaram pela submissão aos ianques em detrimento das aspirações de seus povos. Um jornalista da tropa de choque dos “comunicadores” ligados ao complexo industrial-militar imperial propôs sugestiva interpretação desta atitude:

O Iêmen, terra de terroristas que explodiram o destróier USS Cole e é dirigida por um governo que havia obstruído o trabalho de investigadores americanos, começou uma campanha militar contra seus próprios membros da Al Qaeda. Algumas facções na Somália se uniram para ir ao encalço da Al Qaeda. Sob intensa pressão americana [...], o Paquistão e a Autoridade Palestina começaram a impor limitações aos terroristas que abrigam. Por quê? Uma nova compreensão do valor da vida humana? Uma nova reavaliação de seus inimigos? Claro que não. Medo. Respeito ao poderio americano. Os somalis e os iemenitas sabem que se não forem ao encalço da Al Qaeda, bombas guiadas a laser podem cair sobre eles. [...] O Afeganistão demonstrou que os EUA têm o poderio e a força de vontade para lutar e, quando o fazem, vencem. [...] Até que ponto (os líderes da região) irão no combate ao islamismo radical conosco? Até onde os pressionarmos.¹³

Sabemos, com efeito, que as ameaças só são levadas a sério se for muito alta a probabilidade de que serão cumpridas. Para eliminar os focos ativos de hostilidade, o Pentágono tem de punir com extrema severidade os crimes de lesa-Império. Sabemos, entretanto, que os EUA só venceram o Vietnã nos filmes de Rambo. Mas a euforia do buldogue não se deixa abalar por tão pouco. A hora é de cantar vitória:

Veja-se como os EUA foram longe. Lembram-se da angústia e da pergunta “por que eles nos odeiam” após o 11 de setembro? Como poderíamos derrotar esse inimigo poderoso, fanático, inveterado, endurecido pela luta, com

¹² Epicentro do confronto, a Caxemira, cuja população é composta em grande maioria de muçulmanos, deveria fazer parte do Paquistão, segundo o critério da clivagem religiosa que presidiu a partilha do antigo domínio colonial britânico, mas acabou ficando com a Índia, graças a uma contestável manobra político-diplomática.

¹³ Charles Krauthammer, “Derrota militar esvazia fanatismo religioso”, *O Estado de S. Paulo*, de 5/1/2002, p. 9, traduzido de *The Washington Post*.

sólidas raízes religiosas? Descobrimos a resposta: bombas de milhares de quilos, guiadas por satélite e, de quebra, a corta-margaridas.¹⁴

Nossa explicação para o ódio que os imperialistas inspiram é mais singela: eles são odiosos. Sem dúvida, o dilúvio de mísseis e de corta-margaridas mostrou-se eficiente, mas não tinha ainda permitido, três meses depois de ter sido desencadeado, que o Pentágono atingisse o principal objetivo oficial da guerra, capturar Bin Laden, vivo ou morto.

Novo ciclo

A crítica marxista do imperialismo, nomeadamente a que Lênin expôs em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (1916), vincula a pilhagem e a exploração do planeta pelos trustes à concentração monopolista da produção capitalista e ao conseqüente predomínio da oligarquia financeira. O desenvolvimento do capitalismo exige o controle e a drenagem dos recursos naturais do planeta, principalmente os não-renováveis, como o petróleo. As regras do mercado mundial não obedecem a balelas liberais como a “mão invisível”, mas a correlações de força, apoiadas na supremacia militar das grandes potências imperialistas.

No que concerne ao Império estadunidense, o sociólogo Wright Mills forjou, em seu conhecido *The Power Elite* (1957), a expressão “complexo industrial-militar” para caracterizar a sólida articulação de interesses na cúpula do poder político entre os grandes trustes produtores de armamentos e as “elites” políticas e militares. Em 1967, em plena guerra do Vietnã, quinze especialistas ianques proclamaram que a sociedade norte-americana necessitava da guerra. Comentando esta um tanto tardia descoberta, o relatório *Undesirable Peace* (1969), prefaciado por John K. Galbraith, constatou:

A guerra cumpre funções essenciais para a estabilidade de nossa sociedade. [...] Embora não afirmemos ser impossível para a economia imaginar um substituto para a guerra, nenhum complexo de técnicas visando a manter controle sobre o emprego, a produção e o consumo até agora tentado pode ser, em matéria de eficiência, comparado, mesmo de longe, à guerra. Esta era e é, em larguíssima medida, o elemento essencial de estabilidade nas sociedades modernas”. A guerra era e é, de longe, o elemento essencial de estabilidade nas sociedades modernas...

¹⁴ lb. Compostas de amônio e de alumínio, as “corta-margaridas” custam cerca de 27.000 dólares cada uma. Lançadas de aviões de bombardeio C-130, de uma altura de 1.800 metros, para evitar a onda de choque no momento da deflagração, provocam, ao tocar o solo, explosão suficiente para pulverizar todos os sólidos num raio de 600 metros. Criadas durante a guerra do Vietnã para estrçalhar a selva e também utilizadas contra as tropas iraquianas durante a Guerra do Golfo, contribuíram decisivamente para romper as linhas de combate dos talibans

Basta substituir “modernas” por “imperialistas” (já que nem no plano dos princípios, nem no dos fatos, *modernidade* implica necessariamente belicismo) para podermos dar razão a Galbraith.

A parceria entre os círculos dirigentes do Império e os trustes produtores de meios de destruição maciça prosperou até a guerra do Vietnã, na qual, apesar de disporem do exército mais bem equipado do mundo, amparado pelos mais alucinantes bombardeios da história (despejados pelos B-52), os Estados Unidos não somente não lograram quebrar o ânimo de um povo heróico, embora pouco propenso a brados retumbantes, mas também engoliram, na debandada, sua pretensão de invencibilidade. Para tirar o complexo industrial-militar imperial da bancarrota moral e estratégica em que chafurdara, Reagan voltou às lides bélicas em *low profile*, começando por invadir, em 1982, a minúscula e indefesa ilha de Granada e financiar, com recursos provenientes do tráfico de drogas, mercenários para desenvolver terrorismo em larga escala na Nicarágua revolucionária, bem como para golpear as guerrilhas na Guatemala e em El Salvador.

Seu sucessor, Bush pai, teve a felicidade de dispor, na virada da década de 1980 para a de 1990, de uma situação internacional propícia a uma notável ampliação dos feitos bélicos do Pentágono. A URSS perdera o fôlego na corrida armamentista promovida pelo complexo militar-industrial estadunidense e desabava como um colosso de pés de argila. Afastado o perigo vermelho, a máquina de guerra do Pentágono retomou, com a sanha covarde dos que sabem não ter pela frente adversário de força comparável, a agressão dos povos periféricos. Nos últimos dias da década de 1989, sem sequer esperar que a *perestroika* de Gorbachov acabasse de apodrecer, Bush pai mandou invadir o Panamá para derrubar e prender o presidente Noriega. Operação com pelo menos dois objetivos sórdidos: “queima de arquivo” (Noriega conhecia a fundo as torpezas da CIA, com a qual havia colaborado em fase anterior de sua carreira) e ruptura da espinha dorsal do Exército panamenho, ainda impregnado do espírito antiimperialista que lhe legara o coronel Torrijos. Os invasores norte-americanos mataram algumas centenas, talvez milhares, de panamenhos e ocuparam o país até colocar no governo um de seus fâmulos locais.

A invasão do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein ofereceu, alguns meses depois, uma ocasião única para o grande salto na escalada bélica imperial, permitindo não só retornar em posição de força as principais fontes da mais importante matéria-prima não-renovável do planeta, mas também tirar a desforra, em cima da nação iraquiana, da vergonhosa derrota sofrida no Vietnã. Tornada de novo rotineira, a agressão direta e ostensiva aos povos periféricos prolongou-se em bombardeios punitivos que, além do Iraque, também castigaram outros países “irresponsáveis” (Líbia, Somália, Sudão, Afeganistão). Clinton levou mesmo o descaramento a ponto de mandar bombardear o Ira-

que para distrair a opinião pública interna de seu problema lingüístico com uma pesquisadora da Casa Branca. Em 1999, foi a vez de a Sérvia ser arrasada, sob os mais hipócritas pretextos “humanitários”.

Durante este novo ciclo ascendente de guerras coloniais, favorecido, muito além do que esperava Reagan, pelo fulminante colapso do bloco soviético, os poucos reveses sofridos pelos ianques foram devidos aos antiimperialistas islâmicos: bombardeio do quartel dos fuzileiros navais em Beirute (1983), atentados em Aden (1992) e Mogadiscio (1993), ataque suicida, em Aden, ao destróier USS Cole (2000). Mas, no conjunto, o novo milênio iniciou-se sob o signo de grandes êxitos. Saddam Hussein ainda não tinha sido derrubado, mas o projeto de mandar os iraquianos de volta à idade da pedra anunciado por Bush pai em 1991, durante o massacre pirotécnico do Iraque, quando os clarões da morte iluminavam as noites de Bagdá, Bássora e outros alvos da fúria imperial, havia sido atingido em larga medida. O presidente iugoslavo Milosevic tinha sido derrubado e seqüestrado para ser julgado num tribunal a serviço dos criminosos de guerra da OTAN. Enfim, para completar o “sonho americano” de domínio planetário, o projeto do escudo antimísseis, destinado a assegurar a confortável possibilidade de despejar sobre qualquer inimigo, com impunidade garantida, a carga dos B-52 e os mísseis de última geração, saiu do papel, após receber a aprovação do Congresso estadunidense. Foi exatamente este o momento em que o comando suicida da Al Qaeda desfechou, dentro do território a ser protegido pelo escudo em construção, a apavorante operação do dia 11 de setembro.

Muito foi escrito a respeito dos verdadeiros objetivos da nova guerra imperialista. Para discerni-los, convém não exagerar (negativamente, no caso) o papel do indivíduo na História. Bush filho pode não ser muito inteligente¹⁵, mas o “truste cerebral” ultra-reacionário que o assessora é perfeitamente capaz de articular meios e fins, distinguir objetivos imediatos e interesses permanentes, bem como hierarquizar alianças. Como Bush pai, ele é uma criatura da indústria bélica, uma peça da máquina de guerra. Sua campanha presidencial, de resultados sabidamente controvertidos, foi financiada por trustes como Enron, um dos mais podres de que se tem notícia, Boeing, Lockheed,

¹⁵ O escritor Gore Vidal observou que “embora seus predecessores [...] tenham tido QIs mais altos do que o dele, também eles trabalharam assiduamente para o 1% da população que é dona do país, enquanto deixavam todo o resto se virar sozinho”. Mas ele cumpre “sua tarefa principal, que é isentar os ricos de pagar impostos”. Cf. G. Vidal, “Algo de novo na Terça-Feira Negra”, *Folha de S. Paulo* de 18/9/2001, p. 9. Nem por isso deixa de ser preocupante a notícia de que desmaiou e se contundiu no rosto, sentado numa poltrona, ao engolir uma rosca, ou como explicou um jornalista da *Folha de S. Paulo* (de 15/1/2002), deslumbrado com estrangeirismos vindos do Norte, “depois de se engasgar com *pretzel*”. Gerald Ford, um de seus predecessores, ao tropeçar na escada de um avião, esclareceu que não conseguia fazer duas coisas ao mesmo tempo. Por exemplo, andar e pensar.

Raytheon e Textron, todos pesadamente interessados na corrida armamentista do Pentágono. Não há dúvida, pois, de que, com ou sem Bin Laden, os politólogos e comunicadores a serviço da Casa Branca continuariam “precisando de um inimigo”¹⁶. Mas esta constatação contribui tão pouco para explicar o triplo atentado atribuído à Al Qaeda quanto a falta de chuvas para compreender as razões da crise energética brasileira. Forneceu ao belicismo imperialista um sólido pretexto, como o fornecera, onze anos antes, a invasão do Kuwait. Mas uma coisa é tratar a agressão recebida como pretexto para contra-agredir, outra, querer ser agredido. A CIA seria capaz de encontrar um pretexto um pouco menos custoso para atacar o Afeganistão, evitando que os Estados Unidos sentissem na pele o pavor que inspiram ao “resto do mundo”.

Terrorismo: atacado e varejo

Basta não estar contaminado pelo vírus da caça ao terrorista para compreender que o objetivo da Cruzada de Bush filho não é suprimir o terrorismo enquanto tal, mas punir com terrível castigo os presumidos responsáveis pelos atentados contra Nova Iorque e o Pentágono. Mesmo porque, como ponderou Noam Chomski, “lutar contra o terrorismo implica reduzir o grau do terror, e não aumentá-lo. Quando o Exército Republicano Irlandês (IRA) comete um atentado em Londres, os britânicos não destroem Boston, cidade onde o IRA tem muito apoio, nem Belfast. Procuram os culpados e, na seqüência, os julgam”¹⁷. (Convém lembrar, entretanto, que o governo britânico não se privou de métodos sujos na repressão do IRA nem, menos ainda, de colaborar com o sócio maior ianque em aterrorizantes bombardeios de países periféricos.) Se preciso fosse argumentar mais neste sentido, bastaria lembrar que uma das primeiras providências de Bush filho ao atacar o Afeganistão foi suprimir todas as sanções que tinham sido impostas ao Paquistão e à Índia quando estes se dotaram de armas nucleares. Quem presta colaboração importante na caça ao terrorista pode ter bomba atômica.

Para a sobrevivência da humanidade, o perigo é proporcional aos meios.

¹⁶ Este argumento foi utilizado por vários comentaristas. Cf., por exemplo, a entrevista do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães a *Teoria e Debate*, nº 48, out.-dez 2001, p. 38.

¹⁷ Chomski, *ibidem*, conferência de 18/10/2001, notou ainda: “Quando organizações humanitárias, civis e religiosas, e o relator da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) pediram a suspensão dos bombardeios, a informação nem sequer foi publicada pelo *New York Times*; o *Boston Globe* dedicou-lhe uma linha inserida num artigo que tratava de outro assunto: a situação na Caxemira. Em outubro passado, portanto, a civilização ocidental resignou-se a ver morrerem centenas de milhares de afegãos. No mesmo momento, o chefe dessa mesma civilização informava que não se dignaria a responder às propostas afegãs de negociação sobre a questão da entrega de Osama bin Laden nem à exigência de uma prova que permitisse fundamentar uma eventual decisão de extradição. Só seria aceita uma capitulação incondicional”.

Durante quatro décadas, do início da guerra fria, mais precisamente, desde que a União Soviética, reagindo ao genocídio nuclear de Hiroshima e Nagasaki, conseguiu também produzir armas nucleares, até o final dos anos 80, o confronto estratégico que a opôs aos Estados Unidos foi pertinentemente caracterizado como equilíbrio do *terror* nuclear. Nem por isso os Estados dotados de armamento nuclear eram classificados como terroristas. No sentido corrente do termo, não basta aterrorizar para receber esta classificação. Em matéria de produzir terror, o presidente dos Estados Unidos se distingue do chefe da Al Qaeda assim como, segundo o padre Vieira, os imperadores se distinguem dos piratas:

Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia; e como fosse trazido à sua presença um pirata, que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício; porém ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: – Basta, Senhor, que eu porque roubo em uma barca sou ladrão, e vós porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza: o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres.¹⁸

Poder-se-á ponderar que, diferentemente dos piratas, Alexandre não foi apenas um ladrão, bem como acrescentar que as Cruzadas e a Inquisição, que o padre Vieira estava obrigado a aceitar por dever de ofício, praticaram a rapina e o latrocínio em amplíssima escala (no que estiveram mais próximas dos imperadores do que dos piratas). Nem por isso a analogia perde pertinência. Do ponto de vista das vítimas, com efeito, não há bom pirata nem bom terrorista; há simplesmente sofrimento e desespero. Dois sentimentos altamente “funcionais” para os aterrorizadores de pequeno, médio e grande porte: corroem e minam a vontade de resistir.

Outro não foi o objetivo de Clinton e de seus sócios da OTAN, em 1999, ao demolir a Sérvia com uma tempestade de mísseis. Utilizaram, de maneira sistemática, o método inaugurado pelos nazistas na aldeia de Guernica durante a guerra civil espanhola: triturar por via aérea uma aldeia indefesa para quebrar a moral da população apavorada. A tortura é hedionda, mas eficaz. O povo sérvio reagiu com coragem e dignidade às primeiras vagas de bombardeios arrasadores. Formou até muralhas humanas para impedir a destruição das pontes sobre o Danúbio. Mas novas sessões de bombardeio (de “pau-de-arara” coleti-

¹⁸ Padre Antônio Vieira, *Sermão do Bom Ladrão*. Aldo Rebelo, que fez circular pelo correio eletrônico esta passagem do *Sermão do Bom Ladrão*, “do velho e bom Padre Vieira”, pergunta, refletindo sobre o conceito de terrorismo, pressuposto essencial no debate sobre os trágicos acontecimentos de 11 de setembro último, se “contra o terrorismo de Estado vale o mesmo que se propõe na luta contra Bin Laden. Os mortos civis de Nova Iorque são mais vítimas que os civis assassinados pelas bombas americanas (e aliados) em Bagdá, Belgrado etc. etc.?”

vo) foram quebrando a resistência dos menos decididos. Mais os cadáveres e escombros se ampliavam, mais o medo e o desespero abriam brechas na coragem dos sérvios. Desde o início dos bombardeios, os operários da fábrica Zastava (maior fabricante de automóveis e caminhões da Iugoslávia) dormiam no local de trabalho, formando um permanente “escudo humano”. Enviaram à OTAN, via Internet, mensagem intitulada “Esperando as bombas”, em que esclareciam estar protegendo “38.000 empregos diretos e 60.000 indiretos”. Em 9 de abril, a fábrica foi desintegrada por um míssil humanitário. Mais de cem foram mortos ou gravemente feridos¹⁹. Daí por diante, compreensivelmente, o número de voluntários para os “escudos” foi diminuindo. As garras da harpia Albright garantiam morte certa para os que se atrevessem a defender com seus próprios corpos os alvos prováveis da bestialidade imperial.

A moral deles e a nossa

Na rede do metrô parisiense há uma estação chamada Colonel Fabien. Talvez, mesmo entre os franceses, sobretudo os mais jovens, poucos saibam quem foi este coronel, cujo nome foi atribuído também à praça em cujo subsolo a estação está situada. Na verdade, o homenageado não era coronel, nem se chamava Fabien, mas Pierre Georges. Mais exatamente, aquele era o nome pelo qual era conhecido na organização clandestina dos Franc-tireurs partisans (FTP), grupos táticos de guerrilha da Resistência antinazista. Nascido em 1919, filho de um padeiro, ele aderiu, ainda adolescente, à Juventude Comunista. Em 1936, com 17 anos, alistou-se como voluntário para defender a República espanhola da sedição militar-fascista. Gravemente ferido em combate, voltou à França em 1938, onde retomou seu posto no combate comunista. Em 19 de agosto de 1941, para mostrar que nem todos os franceses estavam de joelhos perante os nazistas, disparou seu revólver, à queima-roupa, em pleno metrô parisiense (na estação que mais tarde passou a se chamar Colonel Fabien), num oficial da Marinha de Guerra alemã, que morreu no ato. Com o auxílio de companheiros que deram cobertura à ação, Fabien ou Georges conseguiu se embrenhar na multidão²⁰.

Segundo a legislação internacional que vem sendo elaborada por iniciativa do bloco da OTAN, o coronel Fabien, especialista em explodir trens, bem como incontáveis outros heróis e heroínas da resistência ao nazi-fascismo, se-

¹⁹ Folha de S.Paulo de 10/4/1999.

²⁰ Ele assumiu em seguida o comando dos FTP na região parisiense, tornando-se então o “coronel” Fabien. Preso em 30 de novembro de 1942, e torturado, conseguiu escapar em junho de 1943, participando, em agosto de 1944, da libertação de Paris. Morreu em combate em Habsheim, durante a campanha da Alsácia, em dezembro de 1944.

riam considerados terroristas. Com efeito, a convenção que pune o financiamento de atividades terroristas, aprovada em Nova Iorque no dia 9 de dezembro de 1999, nelas inclui, em seu artigo 2,1,b,

Todo [...] ato destinado a causar a morte ou lesões corporais graves a qualquer pessoa civil, ou a qualquer outra pessoa que não participa diretamente das hostilidades numa situação de conflito armado, quando, por sua natureza ou seu contexto, este ato destina-se a intimidar uma população ou a constranger um governo ou uma organização internacional a efetuar ou a abster-se de efetuar um ato qualquer.

O que fez a OTAN no Iraque e na Sérvia, ao “intimidando uma população” para “constranger um governo [...] a efetuar ou a abster-se de efetuar um ato qualquer”, senão cometer em sinergia os dois crimes? Mas, como teria notado o padre Vieira, terrorista é quem aterroriza com um barco e não com uma esquadra. Evidentemente, os governos da OTAN não podem reconhecer que pretendem punir apenas os piratas e não os imperadores. Daí a notável peculiaridade que apresenta a legislação por eles já aprovada ou em elaboração. Como assinalou um comentarista da ATTAC²¹, ela não oferece uma definição direta da palavra “terrorismo”, a qual, no entanto, figura como adjetivo ou como substantivo em seu título²². Parece, pois, existir uma certa reticência em definir um termo que, no entanto, deveria ser fundamental nestes textos legislativos, já que figura em seus títulos e se tornou retroativamente a chave de uma nova doutrina jurídica. Como diz a exposição de motivos²³:

Segundo a convenção contra o financiamento do terrorismo, o fato de fornecer ou de coletar fundos, direta ou indiretamente, ilícita e intencionalmente, para utilizá-los, ou sabendo que eles serão utilizados, para cometer um ato que se inscreva no campo de aplicação das convenções supra-referidas²⁴ [...], constitui uma infração. Isto significa que, embora os termos *terroris-*

²¹ Traduzimos do francês as passagens aqui citadas, que fazem parte do comentário difundido em *Courriel d'information attac*, nº 288, 4/12/2001. O comentador, sem dúvida um jurista profissional membro de ATTAC, serve-se do pseudônimo John Brown. O comentário faz parte do documento “A definição do terrorismo: uma inovação ou o retorno de um passado obscuro?”, que pode ser encontrada em <http://attac.org/fra/list/doc/brown2.htm>.

²² O comentador refere-se ao título da “*Décision-cadre*”, que visa a consolidar juridicamente todas as leis que enquadram os atos considerados terroristas, apresentada ao Conselho da União Européia.

²³ Trata-se da exposição de motivos da proposta de “*Décision-cadre*”.

²⁴ O texto alude nesta passagem ao conjunto da legislação existente, inclusive aos dispositivos que nem sequer mencionam o termo *terrorismo*, como os autores da exposição de motivos assinalam explicitamente na seqüência do texto.

mo e atos *terroristas* não apareçam na maioria destas convenções, elas se referem às infrações terroristas.

Não podemos aceitar este parecer. Há uma enorme distância entre a definição de atos concretos que o legislador considera unificáveis e a formulação de uma categoria jurídica geral como a de “terrorismo”, que recobre estes atos e muitos outros, unificando-os sob uma finalidade comum de ordem política. Esta distância é perfeitamente visível na diferença de finalidade dos textos que definem atos e aqueles que pretendem definir o terrorismo. A finalidade dos primeiros é [...] apoiar a cooperação internacional na luta contra certos atos de violência particularmente perigosos ou odiosos. Para tanto, cumpria distingui-los dos atos políticos, recusando reconhecer-lhes qualquer caráter político, para incluí-los na esfera do direito comum.

Em síntese, colocando em relevo o aspecto *não-político* dos atos a serem punidos, e portanto “pondo sistematicamente entre parênteses sua finalidade política”, a legislação antiterrorista da OTAN suprime “o único elemento que distingue os atos terroristas dos de direito comum”. Ela não define, portanto, seu objeto. Para defini-lo, precisaria reconhecer-lhe o caráter político. Mas este reconhecimento fica expressamente proibido no artigo 6 da referida Convenção sobre o financiamento de atividades terroristas, que exige de “cada Estado participante” a adoção das “medidas que forem necessárias [...] para garantir que os atos criminosos (a que ela se refere) não possam em nenhuma circunstância ser justificados por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outros motivos análogos”. Obviamente, pretende-se com isso criminalizar indiscriminadamente os atos visados pela nova legislação, impedindo que a motivação política possa servir de atenuante ou conferir aos acusados o estatuto de prisioneiros políticos. Pior: anulam-se as diferenças entre, de um lado, ações armadas de movimentos de libertação nacional e em geral de resistência à ocupação estrangeira, bem como os ligados à luta pela terra e demais direitos sociais dos oprimidos e, de outro, os atentados de estilo nazi-fascista contra trabalhadores estrangeiros, minorias discriminadas etc. Estimula-se a prática, já consagrada pelos “comunicadores” da televisão e da grande imprensa, sempre prontos a abanar a cauda à voz do dono, de tratar de terroristas todos os “subversivos”. Bush filho já rosou que as FARC são terroristas. A mesma classificação recebem ataques do Hamas a postos militares israelenses em território palestino ocupado, mas não as tropas de elite sionistas que atiram nos olhos dos meninos palestinos que lançam pedras.

MORAES, João Quartim de. Império, guerra e terror. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.14, 2002, p. 9-25.

Palavras-chave: Império; Guerra; Terrorismo.